

Índios querem participar das demarcações

Euzivaldo Queiroz

A Coiab diz que apóia as demarcações, mas quer oferecer sugestões aos órgãos do Estado

As demarcações das áreas indígenas a serem feitas por empresas e organizações não-governamentais, de acordo com a proposta pela Funai, terão o apoio das principais entidades, desde que sejam aceitas e respeitadas as propostas dos mais interessados: os índios. A afirmação é do vice-coordenador da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Darcy Duarte Comapa, pertencente à nação Marubo.

Segundo ele, o governo brasileiro já gastou muito dinheiro para demarcar as terras indígenas do modo convencional, ou seja, abrindo estradas e fazendo cercas. "Com dois anos, o mato volta a crescer e a área demarcada se perde, mas se fizessem como o índio propõe, isso não aconteceria" explicou. A técnica nativa para delimitar e reconhecer as suas terras é através dos elementos da natureza: igarapés, árvores e os caminhos feitos embaixo da floresta que, segundo Darcy, passam muito tempo para desaparecer.

O representante indígena também falou sobre a área contínua: "para nós índios essa história de demarcar terra com cerca e estrada não funciona porque sabemos o que é nosso ou de outro povo, por isso, é muito mais fácil marcar



As demarcações são bandeira de luta dos índios há muito tempo

as terras com a nossa maneira (elementos naturais) porque nos entendemos muito bem".

O vice-coordenador da Coiab acha válida a participação de outros segmentos públicos e privados para dar apoio ao processo demarcatório. Os recursos como helicópteros para fazer fotografia aérea a fim de demarcar as linhas na floresta são importantes, além de ser mais fácil do índio cobrar as ações. Darcy afirmou que a Funai está cumprindo o que

prometeu, ouvindo os povos indígenas e acatando as opiniões, mas lembra que nem sempre foi assim. "Até bem pouco tempo as ações criadas pela Funai e pelo governo para apoiar o índio, mas este não era ouvido, daí os erros cometidos ao longo dos anos na política indigenista", concluiu o vice-coordenador da Coiab.

As demarcações a serem executadas pelo governo brasileiro representam uma área de 5,5 milhões de hectares e envolvem

terras nas cabeceiras do rio Acre (AC), Jarawara/Jamanmadi/Kanamari (AM), Kanamari do rio Juruá (AM), Paraná do Boá-Boá (AM), Paumari do Lago Manissuá (AM), Parque Indígena do Tumucumaque (PA) e Rio Paru D'Este (PA). O projeto de demarcação das terras indígenas do Brasil envolve cerca de US\$ 30 milhões, vindos do sub-programa de Recursos Naturais do PPG-7 e do governo e US\$ 7,9 milhões do governo brasileiro.